

# **Engajamento Cívico e Participação Política: Controvérsias entre as TIC's e o declínio do Capital Social <sup>1</sup>**

Heloiza Matos  
Profa. Dra. do Programa de Pós-Graduação da Cásper Líbero  
Pesquisadora Associada ao GRESEC, da Université Stendhal

## **Resumo**

O artigo analisa a conceituação de capital social a partir de Bourdieu, e, posteriormente, de Putnam. O conceito que aparece como atributo individual e como componente da ação coletiva, ativa as redes sociais, os níveis de confiança e o engajamento cívico. O artigo interessa-se também pela controvérsia provocada pela posição de Putnam, para quem a TV e a Internet implicariam em declínio do capital social nos Estados Unidos. Aborda, então, os seguintes críticos de Putnam: Hooghe, Norris, Shudson, Uslaner, Wellman e Skocpol. Algumas contribuições recentes sobre capital social e tecnologias da informação e comunicação na França são abordadas. O artigo se insere numa pesquisa em desenvolvimento sobre impasses teórico-metodológicos do estudo do Capital Social, TIC's e mídias, relacionado com a confiança entre os agentes sociais e o engajamento cívico.

**GT:** Comunicação e Sociedade Civil

## **Introdução**

Quando a TV surgiu na América nos anos 50, havia uma expectativa que a nova mídia iria propiciar o crescimento do engajamento cívico e da consciência política dos cidadãos. Pela primeira vez na história, todos os cidadãos poderiam ter a mesma oportunidade de testemunhar fatos políticos importantes e de acompanhar os debates no parlamento (Hooghe, 2002).

Depois de meio século, a tendência mudou: a disseminação da TV passou a ser vista como causa do declínio da vida pública e da coesão social. Putnam considera a TV como chave para entender a erosão gradual do capital social na sociedade americana. Atualmente, é a Internet que alimenta o debate acerca das possíveis relações entre as novas tecnologias de informação e comunicação (TIC's) e o declínio do capital social.

## **1. Capital Social: Perspectivas Conceituais**

A primeira análise sistemática do conceito de capital social surgiu num artigo de Pierre Bourdieu, que o definiu como “o conjunto de recursos atuais e potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas

---

<sup>1</sup> Pesquisa em desenvolvimento junto ao GRESEC/ICM, da Université Stendhal, Grenoble, França. Esta pesquisa é financiada pela CAPES.

de conhecimento e reconhecimento mútuo” (Bourdieu, 1980:2); ou seja, o capital social seria um atributo do indivíduo num contexto social.

Outros autores tomam-no como componente da ação coletiva: “Estar socialmente inserido no grupo significa, para o indivíduo, a busca de proveitos materiais e simbólicos e, entre os membros, implica na transformação das relações contingentes (vizinhança, trabalho, parentesco, necessárias e escolhidas), implicando obrigações duráveis subjetivamente acompanhadas de sentimentos de reconhecimento, respeito, amizade, ou garantidas institucionalmente” (Pontieux, 2006:46).

Portes identifica o capital humano com o conhecimento e as habilidades adquiridas pelo indivíduo, enquanto o capital social se relacionaria com a dimensão e a qualidade das relações sociais. “Para possuir capital social, um indivíduo precisa se relacionar com outros, e são estes – não o próprio – a verdadeira fonte dos seus benefícios.” (Portes, 2000:139). Na prática, o ‘volume’ de capital social seria identificado com o nível de envolvimento associativo, ou seja, que o indivíduo pertença a uma comunidade civicamente engajada, participando em variadas redes de interação.

Outra característica apontada por Granjon e Lelong (2006), é que o capital social pode designar um conjunto de sociabilidades ou configurações relacionais específicas. Seria, ao mesmo tempo, um recurso e um instrumento de poder; que se aplica tanto ao indivíduo como a uma coletividade (família, vizinhança, grupos de afinidades, etnias, localidades, região, nação). O capital social seria o resultado de uma escolha racional ou o efeito natural da vida social, podendo ser de ordem pública ou privada.

Para Norris (1996), citando Putnam, o capital social pode ser entendido como as densas redes de normas e de confiança social que capacitam os participantes a cooperar na busca de objetivos compartilhados. Segundo a autora, Putnam argumenta que quanto mais nos conectamos com outras pessoas, em uma interação face a face através da comunidade, mais confiamos nelas.

A análise do capital social tem se valido da obra “Democracia na América”, de Tocqueville, para analisar os padrões de participação cívica e política; e da obra “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”, de Max Weber, no sentido de compreender as possíveis relações entre as modalidades associativas na América (religiosas, comerciais, sociais).

Bévort e Lallement (2006) apontam a publicação do artigo “Making Democracy” de Putnam, em 1995, como o ponto decisivo para o desenvolvimento de

numerosos estudos correlacionando o índice de capital social com os níveis educacionais, nutricionais, de saúde e de emprego.

## **2. Capital Social em Robert Putnam**

Embora cada autor tenha contribuído para enriquecer a base teórica e metodológica, o conceito de capital social só se disseminou e se tornou um marco para a pesquisa a partir de Putnam.

O trabalho inicial de Putnam sobre o capital social foi publicado em 1995, resultado de uma longa pesquisa realizada em províncias italianas, numa tentativa de estabelecer relação entre as formas de organização social e a formação do capital social. No entanto, a obra que tornou Putnam conhecido, discutido e criticado foi “Bowling Alone”, publicado em 2000.

Nesta obra, Putnam aborda o declínio da vida associativa e correlaciona este fato a uma queda da participação cívica por uma série de indicadores. Putnam afirma que a geração de indivíduos gregários está desaparecendo, e estaria sendo substituída pela geração de *baby boomers* que não têm o mesmo instinto.

Em resumo, ele observa um declínio nos níveis de capital social. Para o autor, algumas possíveis explicações para este fenômeno de perda seriam: a liberação profissional progressiva das mulheres; a mobilidade física do local de trabalho e de moradia; mudanças demográficas com repercussões na família americana; a migração dos contatos da esfera real para a esfera midiática e, mais tarde, virtual.

Norris e Davis (2003:410) observam que, para Putnam, muitas sociedades pós-industriais têm enfrentado “(i) um declínio geral na filiação massiva em instituições vinculativas tradicionais; e também (ii) o aumento simultâneo de formas de conexão social mais informais, fluidas e pessoais, que possuem orientação mais individualista.”

Em relação à televisão, Putnam (2002:295), ao comparar as gerações dos anos 30 com a dos anos 60, diz que o que estaria diminuindo não é somente a leitura de jornais, mas o interesse pelas notícias em si. O número de pessoas que vêem a notícia pela TV ou que buscam a informação na mídia impressa estaria em declínio. E, além, que à medida que se multiplica o número de aparelhos de TV da família, ficaria mais difícil até de assistir TV em comum.

Putnam também reivindica que a televisão destruiu o capital social de maneira mais óbvia substituindo as atividades sociais e de lazer fora de casa. Mas ele também

sugere que a televisão pode ter produzido uma visão mais cínica do mundo entre os telespectadores.

Ver mais TV significaria reduzir qualquer forma de participação cívica e de implicação social: “cada hora adicional de TV significa uma redução de 10% aproximadamente na maioria das formas de ativismo cívico: menos reuniões públicas, menos membros para comitês locais, menos cartas enviadas ao congresso, etc.” (Putnam, 2002:306) O consumo de TV na América reduziria, também, algumas atividades individuais entre 10% e 15%; tais como comunicação escritas, orais e eletrônicas.

Embora aponte a necessidade de considerar outras variáveis (idade, pobreza, escolaridade), e de afirmar que “a correlação não demonstra a existência de causa”, para Putnam nada “está associado de forma tão ampla com o abandono do compromisso cívico e com a desvinculação social como a dependência da TV para o entretenimento”. (Putnam, 2002:310)

Por outro lado, pesquisas constataram que ver TV cultivaria a insegurança e levaria ao sentimento de desconfiança, sendo a TV acusada, através do formato e do conteúdo de sua programação, de reforçar atitudes cínicas em relação à política e à sociedade. (Hooghe, 2002)

Em relação à Internet, Putnam (2002:297) considera os americanos tecnologicamente avançados como socialmente mais isolados, tendendo a estarem menos comprometidos civicamente quando comparados com outros que buscam informação na imprensa, rádio e TV. No entanto, afirma: “Isto não prova que a rede seja socialmente desmotivadora”.

Em dado momento Putnam se indaga se a Internet se converterá em um meio ativo e social, ou em um entretenimento passivo. Dados preliminares de uma pesquisa de 1999 indicam que 42% dos usuários da Internet afirmavam ver menos TV, enquanto que 19% afirmavam ler menos revistas, e que 16% afirmavam ler menos jornais. (Kraut et alli, apud Putnam, 2002:688)

Putnam lembra igualmente que quando a Internet alcançou 10% dos americanos, em 1996, o declínio da vinculação social e do engajamento cívico na América já tinha, pelo menos, 25 anos de existência. Assim, não se poderia afirmar que as relações sociais simplesmente se deslocaram do espaço físico para o virtual. Para ele, “a Internet poderia fazer parte da solução do problema cívico ou ainda exacerbá-lo, mas a revolução

cibernética não o provocou.” (Putnam:227) Mais adiante, afirma que é cedo para avaliar os efeitos sociais da Internet a longo prazo.

Afinal, quais seriam os efeitos (se os há) das TICs sobre os vínculos sociais e o engajamento cívico? Tanto a história do telefone, da televisão, e os primeiros dados sobre o uso da Internet constituem um indício de que a comunicação mediada pelo computador acabará complementando (e não substituindo) as comunidades face a face. Mas, acerca do capital social virtual, Putnam arremata: “É muito pouco o que se pode dizer, com segurança, sobre a vinculação entre capital social e a tecnologia da Internet.” (Putnam, 2002:226)

### **3. Críticas ao Capital Social e à Putnam**

No entanto, a sociabilidade nem sempre traz somente resultados positivos. O capital social pode ter, assim, um lado escuro. Alguns autores estudaram os grupos do narcotráfico na América Latina, as famílias da máfia, os círculos de jogo e de prostituição, e as gangues juvenis para ilustrar como o encastelamento em certas estruturas relacionais pode redundar em resultados socialmente indesejáveis (por ex. Portes:146-149).

A sociabilidade pode ter efeitos contraditórios: ser fonte de bens públicos, e também levar a ‘males públicos’. Estudos recentes identificaram pelo menos quatro conseqüências negativas do capital social: exclusão dos não membros, exigências excessivas a membros do grupo, restrições à liberdade individual e normas de nivelção descendente.

Uslaner (2000) considera que o círculo vicioso entre o engajamento cívico, a confiança e a socialização é uma questão mal colocada por Putnam. Para ele, não faria sentido confiar gratuita e facilmente em estranhos. A confiança seria, ao contrário, um resultado do compartilhamento progressivo e apreendido de valores.

Por sua vez, Skocpol afirma que Putnam aplica uma mesma ferramenta (o capital social) como panacéia para entender todos os problemas (cívicos, políticos, comunicacionais). Diz, inclusive, não usar o termo *capital social*, por discordar da teoria que considera “que as associações ao nível local engendram a confiança que é o lubrificante e o mecanismo que permitem a democracia e o funcionamento do governo.” (Alison, 1996:3) Do ponto de vista histórico, Skocpol vê a tese de Putnam como superficial e ingênua por conter erros sobre o desenvolvimento do voluntariado na América.

Para esta autora, não seria suficiente, para explicar o declínio da vida associativa americana, aceitar que atualmente os cidadãos americanos desertam das associações porque eles ficam em casa em frente ao televisor. O problema seria de ordem institucional: faltaria liderança adequada para defender as organizações modeladas pela política.

Já Ficher (2001:17-22) vê dois problemas com as interpretações de Putnam. Primeiro, o decréscimo no capital social não seria constante ao longo de todas suas medidas. Ainda que a maioria dos indicadores de envolvimento político mostrasse um declínio constante, os indicadores de socialização e de visitas (aos amigos, parentes e vizinhos) seriam inconsistentes. Para este autor, esta inconsistência das medidas questionaria a validade e a confiabilidade da tese de Putnam. O segundo problema estaria relacionado à como interpretar o *quantum* de decréscimo observado. O decréscimo que Putnam vê como substancial, Ficher o compreende como negligenciável e de curto prazo.

Shudson (1996:19) sugere que o trabalho de Putnam desconsiderou algumas evidências-chave em sua análise do declínio cívico. Em suas palavras: “Se nós pudéssemos medir a participação cívica melhor, o declínio seria menos impactante e o mosaico menos perplexificante. Se nós olharmos mais cuidadosamente para a história da participação cívica e para as diferenças entre gerações, nós deveríamos abandonar a retórica do declínio. E se nós examinássemos a história recente da televisão mais de perto, nós não poderíamos culpar a TV pelo ‘desligamento’ do envolvimento cívico.” E arremata: “As medidas de Putnam devem ter olhado superficialmente vários tipos de atividade cívica.”

Mas mesmo se, para Putnam, o tempo passado diante da TV diminui ou impede as atividades cívicas e a participação política, a evidência empírica sobre a TV não seria assim tão clara (Hooghe, 2002). A maior parte dos estudos não apontaria efeitos significativos e fortes. No entanto, na análise de bi-variáveis haveria sim uma relação entre ver TV e o engajamento cívico. Quando introduzida uma variável de controle, os efeitos seriam moderados – o que sugeriria efeitos de seleção individual, ao invés dos efeitos decorrentes da socialização.

Estudo em uma comunidade neerlandesa (Hooghe, 2002) mostra que a TV pode ter mesmo um efeito positivo, ou seja, que ver TV estaria associada positivamente (e não negativamente, como quer Putnam) com o interesse sobre o sistema político. Assim,

expor-se a informações políticas na TV poderia aumentar (e não diminuir) o conhecimento sobre assuntos políticos e o engajamento cívico.

Por outro lado, nestes casos o tipo do programa e a natureza do canal fariam diferença: programas de entretenimento teriam efeitos negativos, enquanto programas de noticiário gerariam um resultado positivo; um canal público poderia estimular as atitudes cívicas, enquanto os canais comerciais emulariam valores menos cívicos na audiência. No entanto, neste resultado, será preciso considerar que a comunidade oferecia algumas particularidades além do neerlandês: na época em que a pesquisa foi realizada, havia um equilíbrio entre a oferta de canais público e privados, condição que dificulta a generalização dos dados encontrados quando comparados com outras comunidades que dispõem de canais privados, em sua maioria, o que aumenta a probabilidade de oferta de programas de entretenimento e de conteúdo político menos analítico, dirigido para uma audiência diferenciada.

Por fim, Woolcock (2001), ao indicar as críticas que estavam sendo feitas ao capital social, aponta que o conceito de capital social se serve de velhas idéias sob nova roupagem, carecendo de substância enquanto figura apenas como “a última moda das ciências sociais”.

#### **4. Participação Política, TIC's e Capital Social**

Os cientistas políticos introduziram uma virada conceptual ao fazerem equivaler o capital social ao nível de ‘civismo’ em comunidades como vilas, cidades, ou mesmo países (Portes). Esta virtude cívica estaria presente nas cidades em que os habitantes votam, obedecem à lei e cooperam entre si, e cujos dirigentes são honestos e empenhados no bem comum (Putnam, 1993; 1995). No limite, a virtude cívica seria o fator que diferenciaria as comunidades bem governadas das mal governadas.

O reverso da moeda seria o ‘vício cívico’: cidadãos desconectados, que não se reúnem, que não sociabilizam, que não confiam uns nos outros, que não discutem nem votam, que não respeitam a lei e que valorizam a esfera particular acima do interesse público. Para Putnam, os principais vilões dessa corrosão do caráter cidadão (do declínio do capital social) seriam a TV e a Internet (Uslaner, 2000).

Cabe então analisar mais detalhadamente o impacto das tecnologias da informação e da comunicação (TIC's) sobre a participação política nas comunidades, buscando compreender as interfaces entre TV e Internet, mais especificamente, por referência aos níveis de capital social.

#### **4.1 Televisão e Capital Social**

Norris (2000) considera que a notícia televisiva está fortemente associada com o engajamento político. Hooghe (2002) defende que ver TV em estações comerciais está positivamente associado com o enfraquecimento da mentalidade política. Já a relação com o noticiário seria inversa, isto é, estaria negativamente associada: logo, fortaleceria a mentalidade política.

Tanto para Norris (1996) quanto para Hooghe (2002) não há evidência de uma relação negativa entre usar a mídia para buscar informações políticas e o interesse político; ao contrário, a relação tende a ser positiva. Entretanto, esta relação positiva não deve implicar que a TV pode levar a um forte engajamento cívico ou a um maior conhecimento sobre temas políticos. Nas palavras do autor, a “pesquisa demonstra, sim, que aqueles que assistem noticiários de TV são mais bem informados sobre política e, que então serão mais inclinados a participar da vida social e política.” (pp. 15)

Hooghe cita pesquisas de Milner que tentam correlacionar a exposição midiática de jovens de 14 anos com uma futura propensão a votar, ou seja, com uma futura tendência por participação político-eleitoral.

Gerbner et alli (1980:16) citado por Hooche, argumentam que, pelo fato dos telespectadores estarem mergulhados em informações e imagens de violência e crime, eles se sentiriam mais ameaçados na vida cotidiana e, conseqüentemente, este sentimento poderia erodir seu desejo de participar em ações coletivas – incluindo ações políticas. Poderia estar em jogo um mecanismo de isolamento: muito tempo gasto com TV alienaria da vida social, e este descompasso da observação real seria compensado por especulações sobre a vida na comunidade. A relação oposta também se sustentaria: porque as pessoas estão com medo da criminalidade na vizinhança, elas preferem ficar em casa vendo TV.

De toda forma, (Hooghe:19) conclui que, ao “oferecer divertimento leve e fórmulas simples, as estações comerciais contribuem ao cultivo de uma cultura do cinismo político, da insegurança e do isolamento.”

De modo particular, os valores jornalísticos tenderiam a assumir um viés anti-político, cético com relação às principais instituições da sociedade. A imprensa supervalorizaria a mudança, ao invés da continuidade, tecendo críticas inesgotáveis àqueles posicionados na administração política, valorizando questões de caráter pessoal em detrimento do debate político. Os partidos tenderiam a ser tratados sob uma luz

extremamente negativa. Junto ao público, isso produziria uma visão excessivamente cínica, mal informada e negativa dos políticos, o que levaria a um distanciamento entre candidatos e eleitores, e aumentaria a desconfiança com relação ao processo eleitoral. (Hooghe, 2002)

Contudo, estudos demonstram que cidadãos confiantes não são aqueles que supostamente mais votam, que se engajam em atividades de campanha, ou que estão interessados em política (Citrin, 1974; Rosenstone e Hansen, 1993), citado por Norris, 1996. Teoricamente, esses fatores podem não estar relacionados. Assim, neste caso, as mídias poderiam produzir um público mais cético sem acarretar conseqüências significantes para o ativismo político.

#### **4.2 Internet e Capital Social**

Para os Estados Unidos e Europa, Norris (223) observou que a Internet não mobilizou grupos que eram anteriormente inativos (com exceção parcial dos jovens), mas, pelo contrário, fez reforçar as tendências pré-existentes em participação política.

Wellman e Hogan (2006:46) argumentam que a Internet contribuiria para todas as formas de contato: interpessoal, intra e inter-organizacional. Longe de distanciar as pessoas, a Internet favoreceria sua proximidade. E que o uso de uma mídia induziria ao uso de outras mídias: quanto mais as pessoas se comunicam pelo menos por uma mídia qualquer, mais eles se comunicam pela Internet. Assim, comunicações mediadas aumentariam a rede de relacionamentos.

Para eles, o individualismo na Internet teria efeitos profundos sobre a coesão social. Mais do que fazer parte de uma hierarquia de grupos cada vez mais integrados, o indivíduo agora faz parte de comunidades múltiplas e parciais. (pp. 52) Apesar das redes sociais menos densas, os laços sociais parecem ter aumentado. Isto resultaria em contatos interpessoais mais numerosos e freqüentes do que antes. No meio desta mudança em direção ao individualismo da rede, é a natureza mesma da cidadania que muda.

Esta transformação teria começado antes da Internet, mas é a presença dela que aceleraria e remodelaria o processo. De qualquer forma, os efeitos da Internet não seriam nem tecnologicamente determinados nem sociologicamente predestinados.

Stromer-Galley (Howard e Jones, 2004:6) encontrou indícios da relação entre a familiaridade com o uso da Internet e a propensão por votar on-line: de um lado, quando mais gente usa a Internet, maior o número de pessoas dispostas a votar on-line; de outro

lado, a familiaridade com a tecnologia parece ter pouca relação com o sentido de dever e o interesse políticos das pessoas. Logo, o uso da mídia e a motivação para participar politicamente parecem estar desconectados; assim, a tecnologia parece mais predispor as pessoas a aceitarem um processo on-line de votação do que propriamente emular um sentido de dever de participar votando.

Rice e Katz (Howard e Jones, 2004:6) mostram como as pessoas têm usado a Internet para enriquecer suas vidas políticas – participando de grupos de discussão on-line, pesquisando sobre candidatos e opções de política, e mesmo acompanhando o noticiário político.

Para Wellman, há diferentes formas em que os efeitos da Internet sobre o capital social podem ser conceituados, destacando-se 3 abordagens: (a) a Internet transformaria o capital social; (b) a Internet diminuiria o capital social; e (c) a Internet suplementaria o capital social.

A Internet transformaria o capital social quando ela, devido a sua ampla difusão (baixo custo e facilidade de uso), restabelecesse um senso de comunidade ao conectar amigos, provendo fontes de informação em uma variedade ampla de assuntos e engajando vários grupos em participação política e organizacional. Conduzindo a novas formas de comunidade, a Internet proveria um espaço de encontro de pessoas com interesses comuns, independente de noções como local, tempo, situação econômica, religião e raça. Assim, o desengajamento observado por Putnam poderia ser, antes, apenas a migração do engajamento, de comunidades físicas e tradicionais, para comunidades virtuais e sob novos moldes. Um estudo em NetVille mostrou que o uso da Internet promoveu mais e melhores relações sociais e participação real tanto na comunidade local quanto na on-line.

A Internet diminuiria o capital social se, através de suas capacidades de informar e entreter, ela afastasse as pessoas da família e dos amigos. Neste caso, ela contribuiria para reduzir o interesse na comunidade local e em sua política. Um estudo longitudinal mostrou como usuários mais intensivos da Internet vêm decrescer seu contato social e aumentar sua solidão e depressão.

A Internet suplementaria o capital social quando ela se adicionasse à configuração existente de comunicação e mídia, para facilitar as relações sociais correntes e os padrões seguidos de engajamento cívico e socialização. Em resumo, é a Internet aliando-se, por exemplo, ao contato telefônico e ao contato face a face para reforçar e mesmo ampliar os contatos sociais e o envolvimento cívico pré-existent.

Por fim, a Internet tem levado a novas formas de comunicação com os usuários utilizando geralmente as ferramentas de comunicação de formas inéditas. Por exemplo, o uso de SMS nos celulares aumenta o contato social porque é geralmente usado para marcar encontros face a face com amigos próximos.

## **5. Comunicação Política e Capital Social**

Matos, ao estudar as interfaces entre comunicação política e comunicação pública (2006), bem como entre comunicação pública e capital social (2007), voltou-se recentemente para uma pesquisa sobre a relação entre TIC's e capital social (no prelo 1). Cremos que seria oportuno abordar algumas questões, de forma a suscitar o debate sobre os impactos das TIC's e as condições do engajamento cívico e da participação política. E, para este propósito, como definir as interfaces entre a comunicação política e a comunicação pública?

Com respeito à relação entre comunicação política e comunicação pública, Matos (2006) considera que é preciso:

buscar na comunicação política (hoje um campo consolidado) e na ciência política o referencial teórico e metodológico para elucidar o conceito de comunicação pública – invocado ora como utopia, ora como conceito renovado de comunicação governamental, ou ainda como o próximo passo nas relações comunicativas entre o Estado (não governo) e a sociedade.

De forma resumida, poderíamos dizer que comunicação política lida basicamente com as relações de poder. Assim, os processos comunicacionais que envolvem a busca, a legitimação ou a manutenção do poder econômico, social ou político na vida da *polis* será, por natureza, uma comunicação política.

Uma segunda questão envolveria indagar se comunicação pública está incluída na comunicação política: se toda comunicação pública é política, nem toda comunicação política será pública. Do ponto de vista dos atores, da origem e do destino dos temas abordados e do interesse dos agentes, dos benefícios e custos envolvidos nas medidas adotadas, e dos próprios processos e estratégias de relações, a comunicação política é mais ampla que a comunicação pública.

Uma terceira tarefa seria buscar os vínculos entre comunicação pública e capital social. Matos (no prelo 2) afirma:

a existência de comunicação é um fator necessário à criação de capital social, mas não suficiente. O capital social é produto de um tipo particular de comunicação: somente uma comunicação comprometida com o interesse coletivo (na origem) e com o benefício público (como meta), que pressupõe o acesso, a participação, a negociação, a tomada de decisões universais e conjuntas (como regras processuais) e que implica a abertura, a transparência, a visibilidade, a livre expressão, o respeito ao pluralismo e a interatividade (como normas deontológicas), pode gerar capital social. Vale lembrar que se está referindo à criação de um capital social que, justamente porque herda a carga genética da comunicação pública assim caracterizada, estará ligado à busca de objetivos comuns, que gerem benefícios mútuos.

Assim, a comunicação pública é também um tipo específico de comunicação política: o poder, os interesses, os temas, os assuntos, os benefícios, os custos, os processos (engajamento e participação), os suportes; tudo isto se refere a todos os atores sociais. Se isso parece ser muito amplo por um lado (a universalidade do acesso), do ponto de vista político é restritivo: trata-se de privilegiar o interesse público. O capital social, enquanto “engajamento cívico, (...) sentido de cooperação e participação, (...) cultura associativa, (...) confiança e reciprocidade” (idem) é mesmo a causa, e paradoxalmente também a consequência, da comunicação pública – este tipo muito exigente e “restritivo” de comunicação política.

Contudo, devemos nos perguntar do papel reservado às TIC’s vis-à-vis não somente ao capital social (o que ficou relativamente evidenciado anteriormente na exposição para a televisão e Internet), mas principalmente em relação à comunicação pública e à comunicação política. Neste sentido, Matos (2007) lembra que:

o reconhecimento da Esfera Pública como diversidade de locais de expressão exige, por antecipação, a interiorização dos direitos do cidadão – entendida sob prismas diferentes. Por exemplo: como a capacidade do agente reconhecer-se como participante social, de elaborar uma posição própria e expressar-se de forma a valorizar a sua posição (e a de seu grupo de referência). (...) O que está na base dessa discussão é a elaboração de uma cultura (cívica e comunicacional) do que seja público e do valor deste Público. Uma cultura que capacite os agentes a instituírem-se como comunicadores públicos na Esfera Pública.

Numa Esfera Pública entendida como “conjunto de espaços físicos e imateriais onde os agentes sociais podem efetivar sua participação no processo de comunicação pública” (idem), o papel reservados às TIC’s é o de serem mais do que a “infra-estrutura que materializa a Esfera Pública”. Assim, as novas mídias poderiam complementar os contatos interpessoais face a face ou de outra modalidade, instituindo uma rede material possível para os fluxos de informação, infovias construídas sobre

uma série de recursos imateriais prévios: confiança, reciprocidade, e engajamento nas questões públicas, mantendo e renovando as condições de existência do capital social.

O engajamento a certos valores cívicos de convivência, isto é, a um tipo de contrato de vida social, é a definição de capital social, engajado na comunicação – política e pública. A comunicação política (e a pública como a ela pertencente) poderia ser a efetivação daquele contrato social, a memória e a confirmação das regras do jogo. A questão é ser respondida é: cabe à comunicação pública emular uma cultura cívica que institua o engajamento e a participação política, ou deve-se esperar isso da comunicação política não pública?

### **Conclusões**

A análise apresentada sugere que a relação entre o engajamento cívico e o consumo televisão é mais complexa do que algumas vezes sugerido. Enquanto a quantidade de tela parece corroborar a tese de Putnam, outras evidências concernentes ao que os telespectadores americanos assistem sugerem que noticiários, e particularmente programas dedicados a explorar questões atuais, não parece ser danoso à saúde democrática da sociedade, e pode mesmo provar-se benéfico. Em suma, a acusação de que a televisão é a fonte causadora da falta de confiança e crença na democracia americana parece, sob essa base (na versão fraca), carecer de provas, e pode até (na reivindicação forte) parecer profundamente implausível. (Hooghe:7-8)

Para Portes, o investigador do capital social teria que cumprir algumas precauções em sua pesquisa: em primeiro lugar, deveria separar a definição do conceito, teórica e empiricamente, dos seus alegados efeitos; em segundo lugar, deveria estabelecer controles do sentido da relação, de forma a demonstrar que a presença do capital social é anterior aos resultados que se espera que produza; em terceiro lugar, deveria controlar a presença de outros fatores que podem explicar tanto o capital social como os seus alegados efeitos; e em quarto lugar, deveria identificar as origens históricas do capital social da comunidade de um modo sistemático.

Depois de tudo que foi dito, não há substrato para afirmar que a Internet é boa ou má. Mas certamente a Internet não é um reservatório de capital social. Não há evidência de que a Internet esteja afastando as pessoas dos laços sociais tradicionais ou tornando-as menos confiantes. Em si mesma, a Internet não é nem ameaça nem panacéia para a sociedade civil e a sociabilidade (Uslaner, 2000).

## **Bibliografia**

- BAQUERO, Marcello; CREMONESE, Dejalma. (orgs.) (2006) Capital Social – Teoria e Prática, Ijuí, Editora Unijuí.
- BÉVORT, Antoine; LALLEMENT, Michel. (dir) (2006) Le Capital Social. Performance, equité et reciprocité. Paris, La Découverte, Mauss.
- BÉVORT, A.; LALLEMENT, M. (2006) Introduction. Le Capital Social : Territoires et Tribulations. In : BEVORT, A.; LALLEMENT, M. (Dir). Le Capital Social. Performance, Équité et Réciprocité. Paris. Éditions La Découverte/MAUSS.
- BOURDIEU, Pierre. (1980) Le Capital Social. Notes Provisoires. In : Actes de la Recherche in Sciences Sociales, 31, n. 31, 2-3.
- DEGENNE, A.; FORSÉ, M. (2004) Les Réseaux Sociaux. Paris, Armand Colin.
- GOMES, Wilson. (2006) Tocqueville não via TV: Capital Social, Democracia e Televisão em Robert Putnam. In: GT de Comunicação e Política no XVº Encontro da Compós na UNESP, Bauru.
- GRANJON, Fabien; LELONG, Benoit. (2006) Capital Social, Stratifications et Technologies de l' Information et de la Communication. Ine : Revue Réseaux, n° 139, UMLV/Lavoisier, pp. 149-173.
- HAMPTON, K.N.; WELMANN B. (1999) Netville On-line and Off-line. In: American Behavior Scientist, v. 43, n. 3, nov., Sage Publications Inc.
- HOWARD, Philip; JONES, Steven. (2004) Embedded Media: Who We Know, What We Know, and Society Online. In: Society Online: The Internet in Context, Thousand Oaks, CA: Sage.
- HOOGHE, Marc. (2002) Television and Civic Attitudes - The Effect of Television Time, Programmes and Stations. In: Ethical Perspectives, Volume 9, issue 4, December.
- MATOS, Heloiza. (2006) Comunicação Política e Comunicação Pública. In: Revista Organicom, n. 4. ECA/USP. São Paulo.
- \_\_\_\_\_. (2007) Comunicação Pública, Esfera Pública e Capital Social. In: DUARTE, Jorge. Comunicação Pública, Estado, Mercado e Interesse Público. São Paulo, Atlas, pp 47-58.
- \_\_\_\_\_. (no prelo 1) TIC's, Internet e Capital Social. In: Revista Líbero, Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, Novembro 2007.
- \_\_\_\_\_. (no prelo 2) Comunicação Pública e Capital Social: Dimensões e Interfaces, PUC-MG, 2007.
- NORRIS, Pippa; DAVIS, James. (2003) A transatlantic divide? Social capital in the United States and Europe. In: European Social Survey Launch Conference, Brussels 25-26 November. (tradução de Angela Cristina Salgueiro Marques. Doutora em comunicação pela UFMG. Out. 2007.

- \_\_\_\_\_. (1996) Did Television Erode Social Capital? A Reply to Putnam. In: PS: Political Science and Politics. XXIX (3) September: 474-480. tradução de Angela Cristina Salgueiro Marques. Doutora em comunicação pela UFMG. Out. 2007
- PONTHIEUX, Sophie. (2006) *Le Capital Social*. Paris, La Découverte.
- PORTES, Alejandro. (2000) Capital Social: Origens e Aplicações na Sociologia contemporânea. In: *Revista Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 33, 133-158. Disponível em: [www.scielo.org](http://www.scielo.org). Acesso em 8/8/2007.
- PROUX, Serge ; POISSANT, Louise ; SÉNÉCAL, Michel. (2006) *Communautés Virtuelles. Penser et Agir en Réseaux*. PUL, Laval.
- PUTNAM, Robert et alli. (1995) *Making Democracy Work*, Princeton: Princeton University Press.
- \_\_\_\_\_. (1995) Bowling Alone: America's Declining Social Capital. In: *Journal of Democracy*, Janeiro, v. 6, n. 1, pp. 65-78.
- \_\_\_\_\_. (2000) *Bowling Alone: The Colapse and a Revival of American Community*. New York, Simon & Schuster.
- \_\_\_\_\_. (2002) Solo en la bolera. Colapso y surgimiento de la comunidade norteamericana. Barcelona, Galaxia Gutemberg.
- \_\_\_\_\_. (2001) Measure and Conséquences du Social Capital, *INSUMA*, Vol. 2, N° 1, Spring 2001, pp. 47-58.
- QUAN-HAASE, Anabel; WELLMAN, Barry. (2002) How Does the Internet Affect Social Capital. In: HUYSMAN, Marleen; WULF, Volker (Eds.) *IT and Social Capital*, Draft 4, November 12, 2002.
- RAISON POLITIQUES (2003) Entretien avec Theda Skocpol . N. 6, Presses de la Fondation Nationale de Sciences Politiques.
- SKOCPOL, Theda. (1996) Unravelling From Above. In: *The American Prospect*, no. 25, March-April.
- \_\_\_\_\_. (1997) The Tocqueville Problem. Civic Engagement in American Democracy. In: *Social Science History*, Pittsburgh: 21:4, Winter.
- SCHUDSON, Michael (1996) What if Civic Life Didn't Die? In: *The American prospect* março/abril, 17-20.
- USLANER, Eric M. (2000) The Civic Engagement and the Internet. In: *Workshop on Electronic Democracy: Mobilization, Organization and Participation via New ICTs*. University of Grenoble.
- VAN ROOY, Alison. *Compts Rendus*. In: *Isuma*, Vol 2, n. 1, p. 149-153.
- WELLMAN, Barry; HOGAN, Bernie. (2006) L'Internet, une présence immanente. In : PROULX, Serge et alli. *Communautés Virtuelles : Penser et Agir en Réseau*, Presse de l'Université Laval, Canadá.

WELLMANN, B., QUAN-HAASE.; WHITE J. and HAMPTON, K. (2001) Does the Internet Increase, Decrease or Supplement Social Capital? Social Networks, Participation and Community Commitment. In : *American Behavior Scientist*, 45 (3).